



FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

PÓS-GRADUAÇÃO

Disciplina AUP 5840

**O Mercado e o Estado na organização espacial da produção**

*Professores:*

Csaba Deák

Nuno Fonseca

Sueli R. Schiffer

Monografia de Conclusão

**A organização espacial no litoral paranaense**

*Aluno*

Ricardo R. Monteiro

Julho de 2013

**Resumo:** O presente trabalho analisa a organização espacial das aglomerações urbanas do litoral paranaense com base em estudos sobre Estado, ideologia e reprodução social em uma sociedade de elite. Os espaços locais, *usados* predominantemente como áreas de lazer da Região Metropolitana de Curitiba, foram representados amplamente com o auxílio de um SIG. Inicialmente, verificou-se como a acumulação material dos sambaquis e das dunas formaram as bases das rodovias e da urbanização das cidades. Sobre a análise das comunidades caiçaras no interior de Guaratuba, abordou-se o avanço da forma-mercadoria da floresta de pinus sobre as áreas de subsistência das comunidades. Amplia-se a análise contemplando as formas de diferenciação espacial implementadas pelo Estado, em especial: zoneamento, infraestrutura, equipamentos públicos e estrutura viária. Ao cabo verificou-se que o Estado - através de vários expedientes - tem proporcionado uma organização espacial conveniente à Elite paranaense e inadequada ao desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** organização espacial, sociedade de elite, desenvolvimento urbano.

## 1. Introdução

A abordagem realizada está assentada em estudos que incluem o Estado, a ideologia e a reprodução social em uma sociedade de elite, e apresenta uma investigação introdutória sobre a organização espacial nas três cidades balneárias do litoral paranaense: Guaratuba, Pontal do Paraná e Matinhos, consideradas áreas de lazer da Região Metropolitana de Curitiba. Com ampla representação espacial<sup>1</sup> e extração de dados e informações com auxílio de SIG, procurou-se verificar a existência de formas de organização espacial convenientes a uma sociedade de elite e inoportunas ao desenvolvimento local.

## 2. Estado, ideologia e (re)Produção Social em uma sociedade de elite

As coisas produzidas e as relações entre elas (produção, distribuição, circulação, consumo) humanizam-se e passam a ter relações sociais. Produzir, distribuir, comerciar, acumular, consumir, investir, poupar, trabalhar, todas essas atividades econômicas começam a funcionar e a operar sozinhas, por si mesmas, com uma lógica que emana delas próprias, independente dos homens que as realizam. Os homens tornam-se suportes dessas operações,

---

1 Ao todo, foram elaborados mais de 20 mapas inéditos, exclusivamente para esse trabalho;

instrumentos delas. Alienação, reificação, fetichismo, é esse processo fantástico no qual as atividades humanas começam a realizar-se como se fossem autônomas ou independentes dos homens e passam a dirigir e comandar suas vidas, sem que eles possam controlá-las (CHAUI, 2006:56). "A dialética da forma-mercadoria assim definida não se restringe à organização do espaço, senão que domina a produção e reprodução sociais como um todo, até o ponto da reificação das relações sociais" (DEÁK, 1989: 25).

As palavras *produção* e *educação* são variações das palavras latinas *producere* e *educare* (FERREIRA, 2004), oriundas do alomorfe *duc*, com o sentido de levar, conduzir (HECKLER et all, 1994:78-79). A palavra *educar* é composta pelas partes: e - *duc* - a - r, no qual o prefixo "e" (*ex*) sugere, na perspectiva do educador, o sentido de movimento para fora, enquanto a palavra *produzir* dá o sentido de movimento para a frente, movimento para adiante - levar, conduzir adiante, para a frente. "Palavras têm vida longa - a cultura é o 'capital fixo' mais duradouro da sociedade - e sua forma frequentemente sobrevive a seu próprio significado" (DEÁK, 1991b:113, grifo do autor).

## 2.1. Estado

O Estado aparece como a realização do interesse geral, mas, na realidade, ele é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade (a classe dos proprietários) ganham a aparência de interesse de toda a sociedade (CHAUI, 2006: 65). O Estado intervém para compensar a natureza irracional dos processos de mercado, não obstante ele próprio seja privado, pelas relações sociais do capitalismo. Fenômenos como deterioração, especulação, altos e baixos na propriedade, poluição, os padrões espaciais diferenciais de áreas residenciais etc., são efeitos do desenvolvimento capitalista, pois esse processo é desordenado e anárquico (GOTTDIENER, 1993: 107).

O autor acrescenta que a intervenção - nem sempre aparente - do Estado é o produto do conflito de classes na sociedade civil; suas intervenções sempre tendem mais a reproduzir os problemas de uma sociedade de classe que amenizá-los. Deák (2001:99, grifos do autor) atesta que "a intervenção estatal não torna a produção de mercadorias mais 'eficiente' - ela a torna possível".

Quanto à intervenção do Estado e ao que Scott<sup>2</sup> pode considerar planejamento

---

2 SCOTT, A. & ROWEISS, S. "The urban land question". In: Cox, 1978.

urbano, Lefebvre<sup>3</sup> tem uma visão um pouco mais crítica, na qual o Estado não só intervém *no* espaço, mas ajuda a produzi-lo, criando um "espaço abstrato" mediante práticas intelectuais e burocráticas como planejamento urbano, que se torna uma estrutura administrativa de controle social disposta contra os usos do espaço pela classe trabalhadora na vida cotidiana. Além disso, essa estrutura espacial de dominação do Estado não se limita apenas a sociedades capitalistas, mas está presente, como instrumento de controle, em todo sistema social não-democrático e é bastante característica dos regimes totalitários (GOTTDIENER, 1993: 112).

O autor complementa que a natureza do Estado e sua atividade no capitalismo tardio constitui um tópico muito debatido e altamente articulado, pois, desde a Grande Depressão, o Estado vem intervindo ativamente na vida econômica do capitalismo. Lefebvre (1974, citado por GOTTDIENER, 1993: 146) apresenta e responde importante questão: O que é o Estado? Uma estrutura, dizem os cientistas políticos, a estrutura de um poder que toma decisões. Sim, mas devemos acrescentar: uma estrutura espacial. Harvey (2005:83), por seu turno, lembra que o estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de bens públicos e infraestruturas sociais e físicas, pré-requisitos para a produção e troca capitalista, mas com os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro.

## 2.2. Ideologia

Althusser (1985:81) informa que a expressão *ideologia* foi forjada por Cabanis, Destutt de Tracy e seus amigos, e que designava por objeto a teoria (genérica) das ideias, mas que Marx, 50 anos mais tarde, retoma o termo e lhe confere um sentido totalmente distinto. Um dos traços fundamentais da ideologia consiste em tornar as ideias como independentes da realidade histórica e social. "A ideologia passa a designar [...] um sistema de ideias condenadas a desconhecer sua relação real com a realidade" (CHAUI, 2006:28).

A ideologia promove uma visão segundo a qual o processo de desenvolvimento é determinado externamente, e fomenta uma luta quixotesca contra inimigos imaginários - pseudo-conceitos difundidos pela grande imprensa e boa parte dos intelectuais, tais como: *fantasma* da inflação, *espectro* da recessão, *problema* da dívida externa, *ineficiência* do Estado, *fisiologismo* dos parlamentares ou *atraso* da sociedade (DEÁK, 1991a:39, grifos do autor).

---

3 LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Antropos, 1974.

Bourdieu (2007:11, grifos do autor) considera que as ideologias servem interesses particulares que tendem a se apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. Os "sistemas simbólicos" cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a "domesticação dos dominados".

Chauí (2006:62) entende que a forma inicial da consciência é a alienação, pois os homens não se percebem como produtores da sociedade, transformadores da natureza e inventores de religião, mas julgam que há um *alienus*, um Outro (deus, natureza, chefes) que definiu e decidiu suas vidas e a forma social em que vivem. Bourdieu (2007:15) complementa que o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. Em relação à sociedade brasileira, Ribeiro (1995:24) atesta que o "povo-massa, sofrido e perplexo, vê a ordem social como um sistema sagrado que privilegia uma minoria contemplada por Deus, à qual tudo é consentido e concedido".

### **2.3. Sociedade de elite e (re)Produção Social Brasileira**

No Brasil, o processo de produção e reprodução social ficou subordinado na Independência aos requisitos da reprodução das condições de dominação por uma elite, que vem se reproduzindo sem ruptura desde a época colonial (DEÁK, 1999). Fernandes (2005:84) informa que no Brasil colonial o fluxo de renda era canalizado para fora, mas com a extinção do Estatuto Colonial passou a orientar-se para dentro. Entretanto, continuou sujeito ao domínio de elites senhoriais, que absorveram o controle da economia, do Estado e da vida social, transferindo para si próprias parcelas da "apropriação colonial" que ficavam em mãos da Metrópole. O autor complementa que na fase de transição, as elites nativas brasileiras encaravam o Estado como 'meio' e 'fim', e que impôs-se como a única entidade que podia ser manipulável desde o início.

Conforme Prado Júnior (1971:181), o café deu origem, cronologicamente, à última

das três grandes aristocracias do país; depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros do café se tornaram a elite social brasileira. Ribeiro (1995:208) acrescenta que em nossa tipologia de classes sociais há na cúpula dois corpos conflitantes, mas mutuamente complementares: o patronato de empresários, cujo poder vem das riquezas através da exploração econômica; e o patriciado, cujo mando decorre do desempenho de cargos, tal como o general, o deputado, o bispo, o líder sindical e tantíssimos outros.

### 3. O litoral paranaense

Há milhares de anos, muito antes da atual civilização, outra sociedade humana já promovia alterações no ambiente local. As acumulações físicas do ambiente natural (dunas) e do homem pré-histórico (sambaquis<sup>4</sup>) formaram as bases materiais da urbanização. Os cordões litorâneos e os "montes do dilúvio"<sup>5</sup> foram demovidos para constituir, literalmente, as bases e sub-bases das cidades balneárias<sup>6</sup>. Em muitas situações, se observa que o traçado do arruamento segue as direções das dunas, remanescentes do recuo do mar, acumuladas por milênios<sup>7</sup>; as mais das vezes a posição e direção das ruas sobrepõe-se à das dunas - boa parte dessas transformaram-se em ruas, e o espalhamento do excedente de areia formou as bases da superestrutura das construções.

Atualmente, a taxa média de domicílios vagos nos setores censitários da orla é muito alta - 79%<sup>8</sup>, devido à utilização - predominantemente pela metrópole - de boa parte dos domicílios como segunda residência (MONTEIRO, 2013). Demais, a dinâmica econômica é baixa e as principais atividades são sazonais e estão relacionadas ao turismo de praia e mar no verão.

Sobre o litoral paulista, Mori (1992) informa que da formação histórica do país resultam cidades em grande parte carentes de serviços básicos e de infraestrutura, substrato espacial em que se inscreve, entre outras, a função de lazer das grandes cidades brasileiras, em particular aquela da aglomeração urbana de São Paulo, e como de sua extensão, o lazer praticado na orla marítima da metrópole. Se não se criou na própria Região Metropolitana um

---

4 Apêndices 1 e 2;

5 Expressão popular com que muitos Caiçaras chamam os Sambaquis, de origem artificial, resultantes da atividade humana, principalmente do depósito de conchas de diversas espécies de moluscos;

6 Ver mapas apêndices 2, 17 e 18.

7 Apêndices 17 e 18;

8 Apêndice 10;

sistema de lazer ajustado ao porte de sua população, as praias litorâneas, localizadas a distâncias que permitem sua utilização mesmo com periodicidade semanal, oferecem-lhe uma alternativa adequada. A Região Metropolitana de São Paulo e seu litoral constituem um único espaço. A autora lança uma questão: Como administrar de forma coesa um espaço, se do ponto de vista ele se desintegra em um sem número de municípios, como se constituíssem unidades econômicas autônomas?

### **3.1 - São Joãozinho e a expansão da forma-mercadoria**

Para Deák (1991b:113), o capitalismo é resultado do processo de transformação através do qual a forma-mercadoria se torna generalizada e dominante, e a produção para subsistência e a produção de excedentes são absorvidas na produção de valores na forma de mercadorias, através de trabalho assalariado, sob o comando do capital. Estudando o que chamou acumulação primitiva, Marx (2009:839) observou que o roubo sistemático das terras comuns, aliado ao furto das terras da Coroa, contribuiu para aumentar os grandes arrendamentos, chamados no século XVIII de fazendas de capital ou fazendas comerciais, e que tornavam a população agrícola disponível para a indústria.

Por sua vez, atualmente, no interior de Guaratuba, o plantio de pinus está confinando as comunidades de São Joãozinho, São João e Descoberto<sup>9</sup>. Enquanto suas diminuem progressivamente, comprometendo o plantio da mandioca - a principal cultura de subsistência -, as áreas das empresas florestais expandem-se. A mancha em amarelo nos mapas compreende 4.000 ha que estão em processo de usucapião por uma das empresas florestais que exploram o local. Com efeito, a produção de subsistência diminui, as estradas deterioram-se com o tráfego de caminhões pesados; a comunidade perde força e os moradores vem sendo progressivamente expropriados de suas condições de subsistência.

### **3.2 - A organização espacial em uma sociedade de elite**

O (re)ajuste espacial é um dos recursos utilizado pela sociedade de elite para perpetuar seu domínio no território. Villaça (2001; 2012) descreve que o processo de dominação se dá pela desigual distribuição de vantagens e desvantagens do espaço produzido, que incluem a manipulação, pela classe dominante, dos tempos gastos nos

---

<sup>9</sup> Apêndices 11 e 12;

deslocamentos dos habitantes da cidade. Dessa forma, acrescenta que: como "não podemos atuar sobre o tempo", o controle do espaço pela classe dominante resulta indiretamente no controle dos tempos (e dos custos) de deslocamento das pessoas.

O autor (2012:44) complementa que a "segregação é a mais importante manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade, e só pode ser compreendida se for articulada explicitamente com a desigualdade, desvendando-se os "vínculos específicos que articulam o espaço urbano segregado com a economia, a política e a ideologia, através dos quais opera a dominação por meio dele.

Para Deák (1985) a transformação do espaço urbano é dominado pela necessidade de combater a diferenciação espacial decorrente do desenvolvimento da produção. A intervenção estatal deve por força desempenhar um papel predominante na produção do espaço, que é definido pela relação entre seus pontos - uma intervenção no espaço altera o valor de uso de todas as localizações. Em outro trabalho (Deák, 1991b:115) o autor complementa que a intervenção estatal é um complemento necessário, ainda que antagônico, à regulação pelo mercado. Para combater a excessiva diferenciação espacial, é necessária a construção de infraestruturas, a cargo do Estado. Fonseca (2013) afirma que o Estado produz espaço mais diferenciado ou mais homogêneo, e que nas cidades brasileiras a regra tem sido privilegiar as áreas de população com maior renda, onde o Estado promove o melhor atendimento da infraestrutura.

Logo, em uma sociedade de elite como a brasileira, a assimetria é maior e assume dimensões sociais, econômicas, políticas e espaciais, cujo entrelaçamento garante a reprodução do *status quo* e entrava o desenvolvimento. Entre os diversos modos com os quais o Estado tem promovido diferenciação no litoral paranaense, abordaremos nesse trabalho três tópicos: i) zoneamento urbano; ii) infraestrutura e equipamentos públicos; iii) estrutura viária.

### **3.2.1. Zoneamento Urbano**

Aproximadamente 70% da população de Pontal do Paraná vive em áreas irregulares; em Guaratuba, há inúmeras áreas ocupadas irregularmente em áreas públicas e privadas. Em Matinhos, os moradores de áreas irregulares representavam 43% da população total em 2010 (MONTEIRO, 2013). No entanto, em 2006, das 22 áreas de ocupação irregular

demarcadas no diagnóstico Municipal, apenas seis foram gravadas como ZEISs<sup>10</sup>. As demais receberam gravame de ZCA (zona de conservação ambiental), ZRM (zona de restrição máxima), ZUR (zona de uso restrito), ZR1 (zona residencial 1) e SEI (setor especial industrial).

Por outro lado, o mesmo zoneamento definiu 5 novas áreas de parques municipais. Já em 2012, sobre a grande maioria das áreas irregulares foi gravada a zona urbana denominada ZR6, a qual permite a construção de edifícios com 8 pavimentos (6 + 2) - um incentivo à expansão dos negócios imobiliários.

Em Pontal do Paraná, além das Unidades de Conservação Estaduais e Federais, o Decreto Estadual 2.722 de 1984 gravou quatro ZPAs (zona de preservação ambiental)<sup>11</sup>, que juntas compreendem 384 ha e representam 17% de toda a área urbanizada, com prejuízos para a locomoção entre os bairros. Dos 19km de costa marinha, 7km (37%) são "bloqueados" pelas ZPAs, com prejuízos do acesso da população e dos turistas às praias. Ademais, a presença dessas áreas contribui sobremaneira ao baixo índice de densidade populacional urbana média do município (4,7 hab/ha, em 2010). Quanto à proposta de zoneamento urbano apresentado em 2012, se observa quase a duplicação do perímetro urbano, avançando sobre a floresta ombrófila densa e muito além das áreas urbanizadas atuais<sup>12</sup>, medida que provocará maior espalhamento da ocupação e conseqüente encarecimento da infraestrutura e dos serviços públicos. Por outro lado, e levando-se em conta a instalação em curso de indústrias e equipamentos portuários próximo ao local, a proposta é assaz atrativa aos negócios imobiliários e, ainda que a cidade fique mais dispersa e com infraestrutura precária e as pessoas precisem andar mais para alcançar os equipamentos públicos e comunitários, representa boas expectativas de lucros à elite local.

### **3.2.2. infraestrutura e equipamentos públicos**

Em relação à pavimentação de ruas, Guaratuba aplicou em 2011 R\$ 16,9 milhões (26% da receita orçamentária e quase o mesmo que Educação), em obras de pavimentação que atendem em boa parte lotes vazios, glebas vazias, e portanto incrementam sobremaneira o valor dos imóveis e o ciclo da especulação.

Em Matinhos (2010), 62% da população não possuía pavimentação nas ruas, 70%

---

10 Apêndice 22;

11 Apêndices 21 e 24;

12 Apêndice 16;

não possuía calçadas e 73% não possuíam bueiro ou boca de lobo próximo às residências. Apenas 31,4% dos moradores tinham rede geral de esgoto ou pluvial, sendo que 59% com fossa séptica. Por outro lado, em Caiobá, onde vive 15% da população, os níveis de atendimento de pavimentação, calçadas e bueiros<sup>13</sup> são bem superiores aos demais locais (Tabela 1).

**Tabela 1 - Atendimento da infraestrutura em Matinhos-PR**

Local	Pop. 2010	% Pop. / Total	% Pav.	% Calçadas	% Bueiros
Caiobá	4.504	15,3%	94,0	85,3	68,6
Tabuleiro	7.472	25,4%	37,8	16,4	28,5
Sertãozinho	8.840	30,0%	29,2	16,5	19,3
Demais Balneários	8.463	28,8%	29,8	31,0	14,5

Fonte: CENSO 2010 / SIG autor

Em relação à rede de esgoto, em 2000, 8.539 domicílios (34%) de Matinhos estavam atendidos. O avanço da rede no período 2000-2010 se deu "principalmente na área central e em Caiobá, onde predominam segundas residências, de elevado padrão" (Esteves, 2011:330). Matinhos, até 2005, possuía rede pública de coleta de esgotos abrangendo 309 ha, atendendo a região central, Caiobá e parte dos Loteamentos Cohapar 02. Em 2010, 89,6% da rede de esgoto de Matinhos atendia 16% da população do município, mas 100% da população moradora com renda mediana acima de R\$ 2.065,00<sup>14</sup>.

Avaliando-se as rodovias, a construção da BR 277<sup>15</sup> provocou alterações significativas no ambiente e encurtou para oitenta minutos o tempo de viagem (de automóvel) dos balneários ao primeiro planalto. Em termos ambientais, a rodovia tem funcionado como um dique que represa as águas das enxurradas e provoca alagamentos nas áreas rurais, com prejuízo à permanência de pequenos agricultores que moram no local, que vêm sofrendo pressões para abandonar suas casas. Mesmo no aglomerado urbano de Matinhos, a *multifuncional* avenida Juscelino Kubitschek também atua como dique, protegendo as áreas mais ricas do bairro Caiobá e direcionando o excedente das águas às áreas mais pobres do bairro Tabuleiro: nos 1.010 hectares da microbacia e 8,1 km de canais<sup>16</sup>, há apenas um bueiro

13 Apêndice 19 e 20;

14 Apêndice 13;

15 Apêndices 3, 4, 5 e 6;

16 Apêndice 7;

(parcialmente assoreado<sup>17</sup>) que permite a passagem das águas do lado do Tabuleiro para o lado de Caiobá. Quando o excedente das águas transborda dos canais<sup>18</sup> invade as casas da população de baixa renda e os principais equipamentos públicos comunitários (Hospital Municipal e o Centro Cultural) que atendem a população.

O estudo de Esteves (2011:388;434) demonstra que nas localidades Tabuleiro I e II e Vila Nova, 60% das pessoas pesquisadas afirmam que tiveram suas casas inundadas, com altura d'água superior a 30cm. Dos atingidos, 27% declarou ter sofrido perda total ou significativa dos bens, e muitos declararam que houve na família doenças correlacionadas, das quais algumas vieram a resultar em óbito. O autor também pesquisou os casos onde os moradores tiveram suas casas inundadas 5 ou mais vezes, registrando 39% no Vila Nova, 33% no Tabuleiro II e 19% no Tabuleiro I. Nesses locais, os casos onde a moradia foi inundada 3 vezes ou mais representam respectivamente 50%, 38% e 40% - uma calamidade urbana.

Na orla dos balneários, a principal obra de infraestrutura anunciada é a 'engorda da praia', apresentada como a principal política urbana das últimas décadas para Matinhos. O projeto, orçado em 2008 em 22 milhões de reais, consiste na transposição de areia do fundo do mar para aumentar a largura da praia, ao longo de 7 km do Morro do Boi até o Balneário Flórida<sup>19</sup>. A obra atenderá diretamente 18 setores urbanos onde, em 2010, moravam 6.242 hab (21% do total) em 9.754 domicílios particulares permanentes (30% do total), dos quais 7.623 não ocupados (78%). Quase a metade da extensão da obra (3.250m) atende a Praia Brava de Caiobá, e não há garantias de que resista ao longo do tempo contra ressacas ou rigorosidades climáticas.

Sobre os equipamentos públicos, o exemplo que trazemos é a implantação pelo município de Matinhos, em 2010, de "academias ao ar livre", na época denominadas ATI - academias da terceira idade, instaladas em pontos convenientes na orla marítima que proporcionaram cobertura total de atendimento em Caiobá<sup>20</sup>.

### **3.2.3. Estrutura Viária**

A sinalização viária e o fechamento de vias é mais um instrumento nas mãos da

---

17 Ver foto apêndice 8;

18 Ver apêndices 7 e 8;

19 Apêndice 13;

20 Apêndice 14;

elite para criar ambientes segregados e de difícil acesso público. Na Praia Mansa de Caiobá, onde há 38ha de área urbana e 4,8 km de vias existem apenas duas entradas viárias<sup>21</sup>. A entrada auxiliar que permitia o acesso pelo sul, para quem vem de Guaratuba, está atualmente fechada. Na Praia dos Namorados o acesso é ainda mais dificultoso, pois existem 4 placas viárias *desencorajando* ou impedindo os veículos a prosseguir<sup>22</sup>. Por outro lado, tais locais possuem belezas naturais que poderiam - com a devida infraestrutura - receber turistas e contribuir com a entrada de recursos na economia local.

#### 4. Considerações finais

Ao longo do trabalho procurou-se demonstrar como o espaço das cidades balneárias do litoral paranaense vem sendo organizado de forma conveniente aos interesses da elite, com grande diferenciação que provoca prejuízos à população e ao desenvolvimento local. O avanço do pinus sobre as comunidades caiçaras na região de São Joãozinho demonstra como o Estado vem apoiando o usucapião de áreas de terras exploradas por empresas e omitindo ou excluindo o usucapião para as comunidades.

Vimos como o zoneamento - implementado pelos Governos Estadual e Municipais - vem omitindo os conflitos sociais em áreas irregulares e privilegiando o gravame de parques e zonas de preservação e conservação ambiental. Em Pontal do Paraná, onde a densidade urbana é de 4,7 hab/ha<sup>23</sup>, a proposta apresentada pelo município inclui a expansão do perímetro urbano para quase o dobro da área atual, o que representa ameaça aos gastos públicos pelo incremento dos custos em infraestrutura e serviços públicos. Entretanto, pode representar polpidos ganhos aos proprietários de terras das áreas próximas à implantação portuária.

Quanto à infraestrutura de Matinhos, os dados apresentados revelam que a maior parte dos recursos vem sendo aplicados em Caiobá, onde vive 15% da população. O modelo se repete se considerarmos o projeto anunciado da 'engorda da praia', obra que não oferece garantias e privilegia mais uma vez as balneários nobres e os domicílios de segunda residência. Observou-se ainda como a av. Juscelino Kubitschek tem atuado como dique, barrando o excedente das águas, que dirigem-se ao bairro Tabuleiro e causando doenças,

---

21 Apêndice 15;

22 Apêndice 23;

23 Apêndice 9;

mortes e enormes perdas materiais à população de baixa renda.

Quanto à acessibilidade viária, vimos como a elite se apropria dos locais de grande beleza natural e dificulta o acesso da população, com prejuízo ao desenvolvimento do turismo. Avaliando o local dos equipamentos públicos, o estudo revelou que a posição das academias ao ar livre privilegia os balneários nobres, onde a taxa de desocupação de imóveis é de 78%<sup>24</sup>. Em Guaratuba, por sua vez, observou-se que em 2011 26% do orçamento foi aplicado em pavimentação de vias que atendem, em boa parte, lotes baldios e glebas vazias que alimentam a especulação imobiliária.

Em suma, procurou-se demonstrar - de forma introdutória - como o Estado vem organizando espacialmente a aglomeração urbana do litoral paranaense para o uso sazonal de lazer de forma conveniente aos interesses da elite curitibana. Entretanto, o desenvolvimento local fica comprometido pela ausência ou insuficiência de investimentos essenciais em turismo e melhoria nas condições de vida da população local.

Necessário, portanto, concluir a presente abordagem e perguntar se mudanças de estrutura em prol do desenvolvimento poderão acarretar incômodos à elite ou, de outra forma, se é do interesse da elite o desenvolvimento do litoral? Certamente, essas questões constituem hipóteses para novos aprofundamentos.

---

24 Apêndice 10;

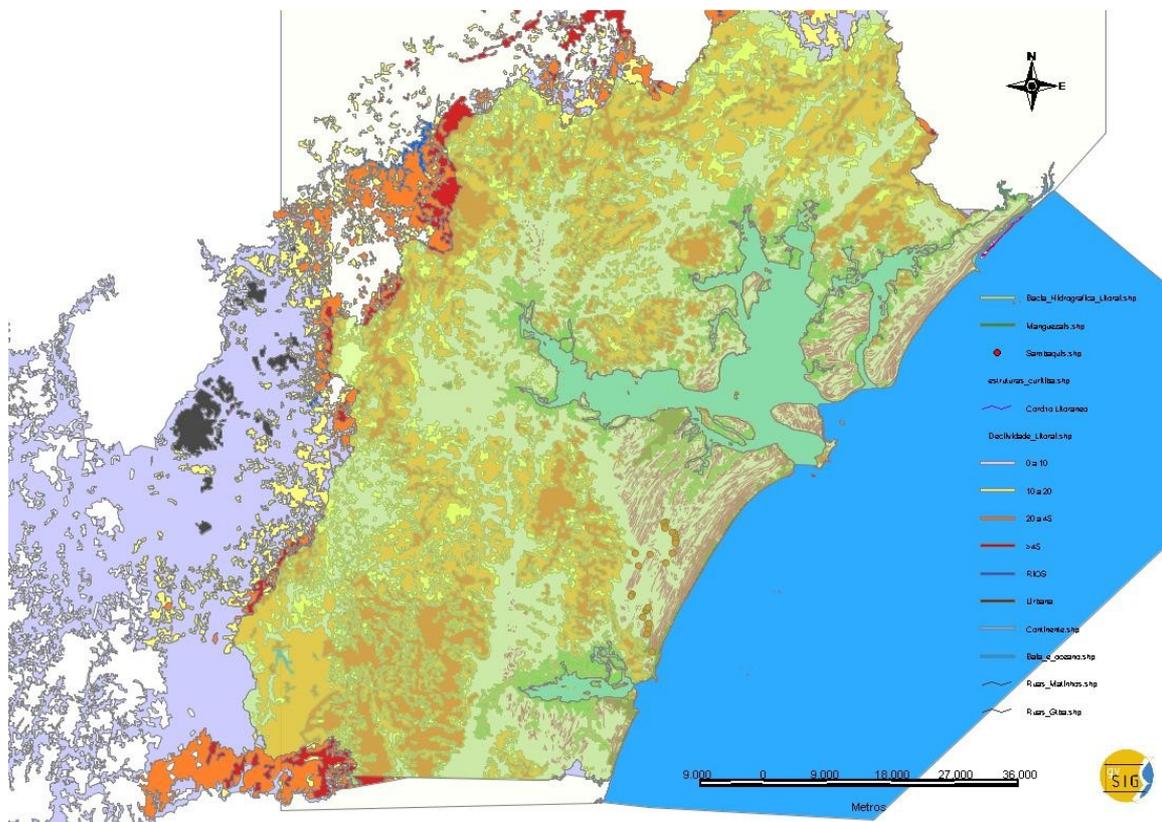
## 5. Apêndice

Os mapas apresentados nesse trabalho foram elaborados pelo autor, com auxílio do software livre gvSIG, com dados obtidos das seguintes fontes:

- IBGE - CENSO 2010;
- MINEROPAR - Minerais do Paraná SA;
- Embrapa Paraná;
- ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências;
- UFPR Litoral;
- Prefeitura Municipal de Matinhos-PR;
- SPU - Secretaria do Patrimônio da União;
- COLIT - Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense.

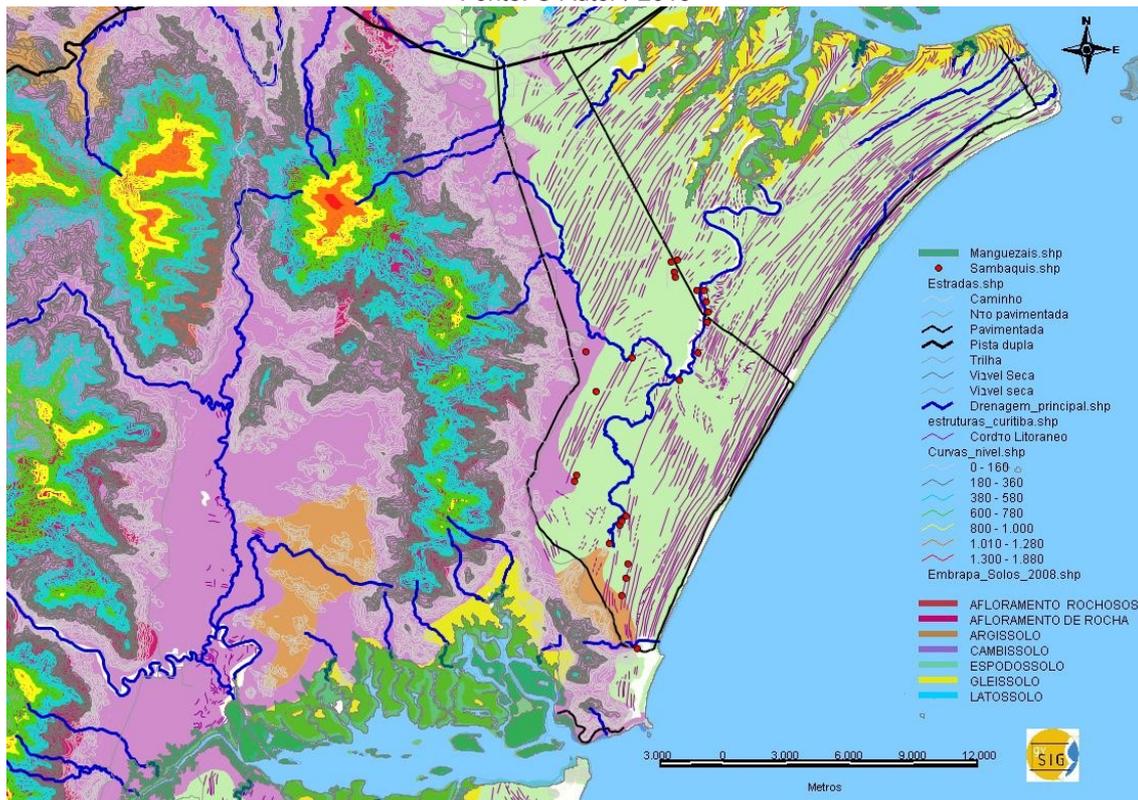
### Apêndice 1 - Microbacia do Litoral Paranaense

Fonte: O Autor / 2013



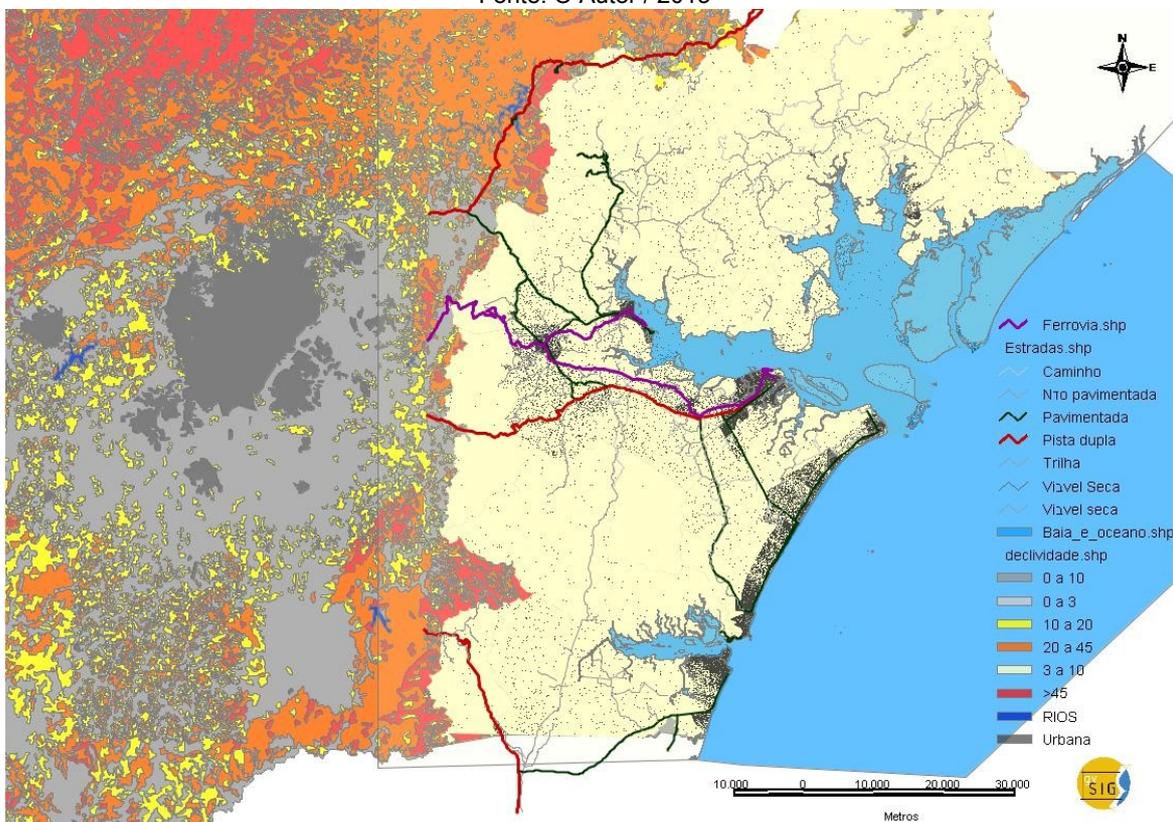
## Apêndice 2 - Solos, sambaquis e rodovias

Fonte: O Autor / 2013



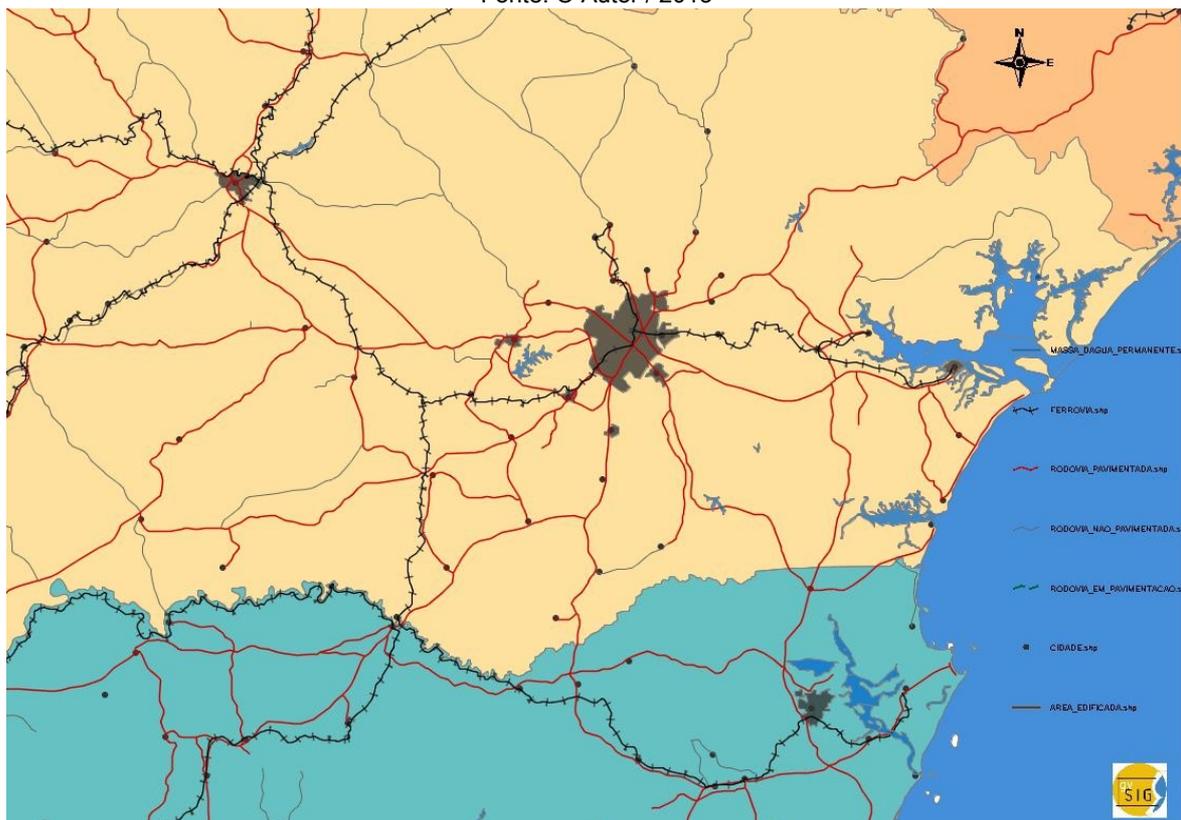
## Apêndice 3 - Distribuição populacional, rodovias e ferrovias

Fonte: O Autor / 2013



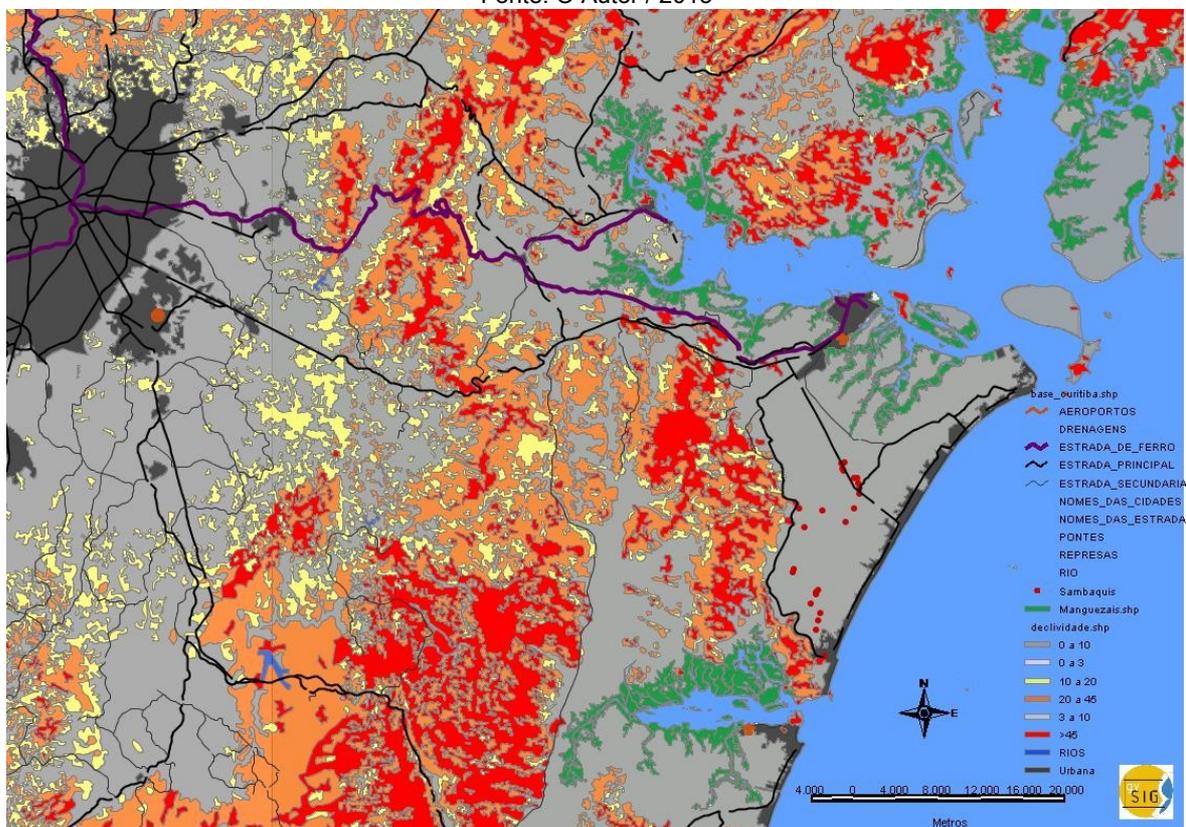
## Apêndice 4 - Mapa rodovias e ferrovias

Fonte: O Autor / 2013



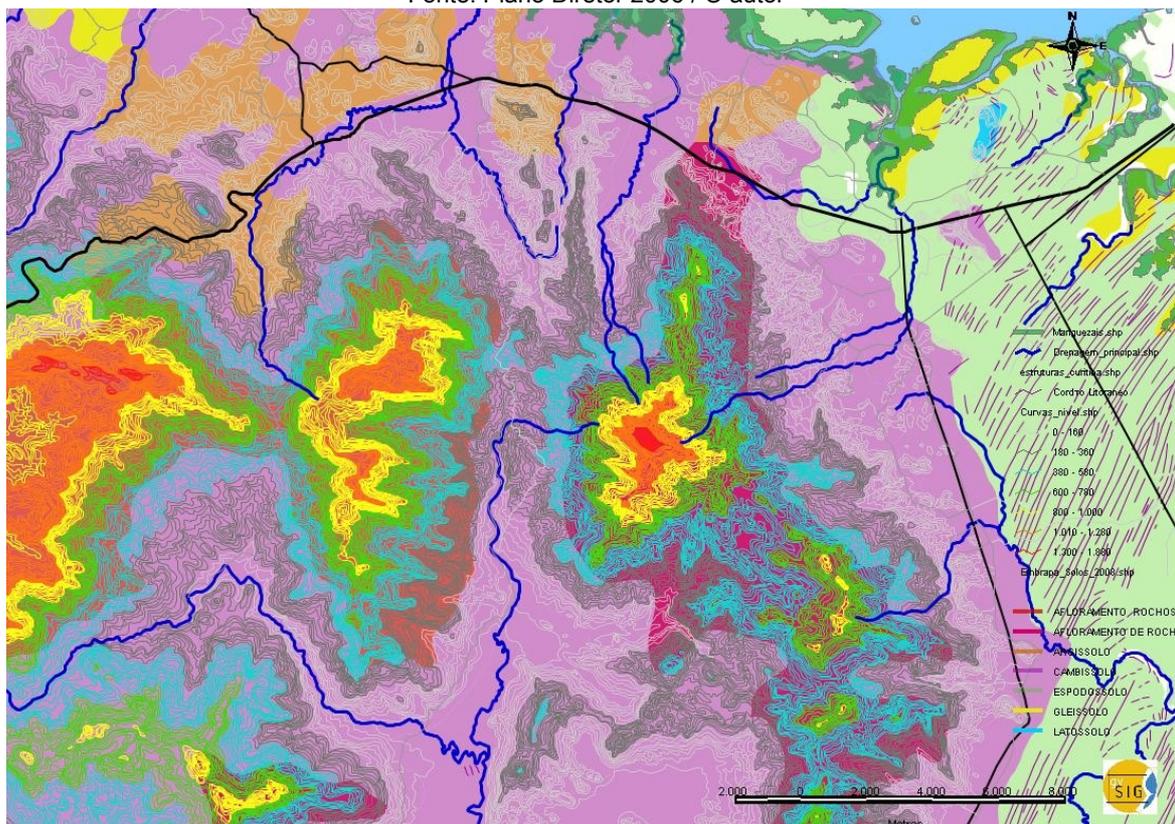
## Apêndice 5 - Mapa declividades e rodovias e ferrovias

Fonte: O Autor / 2013



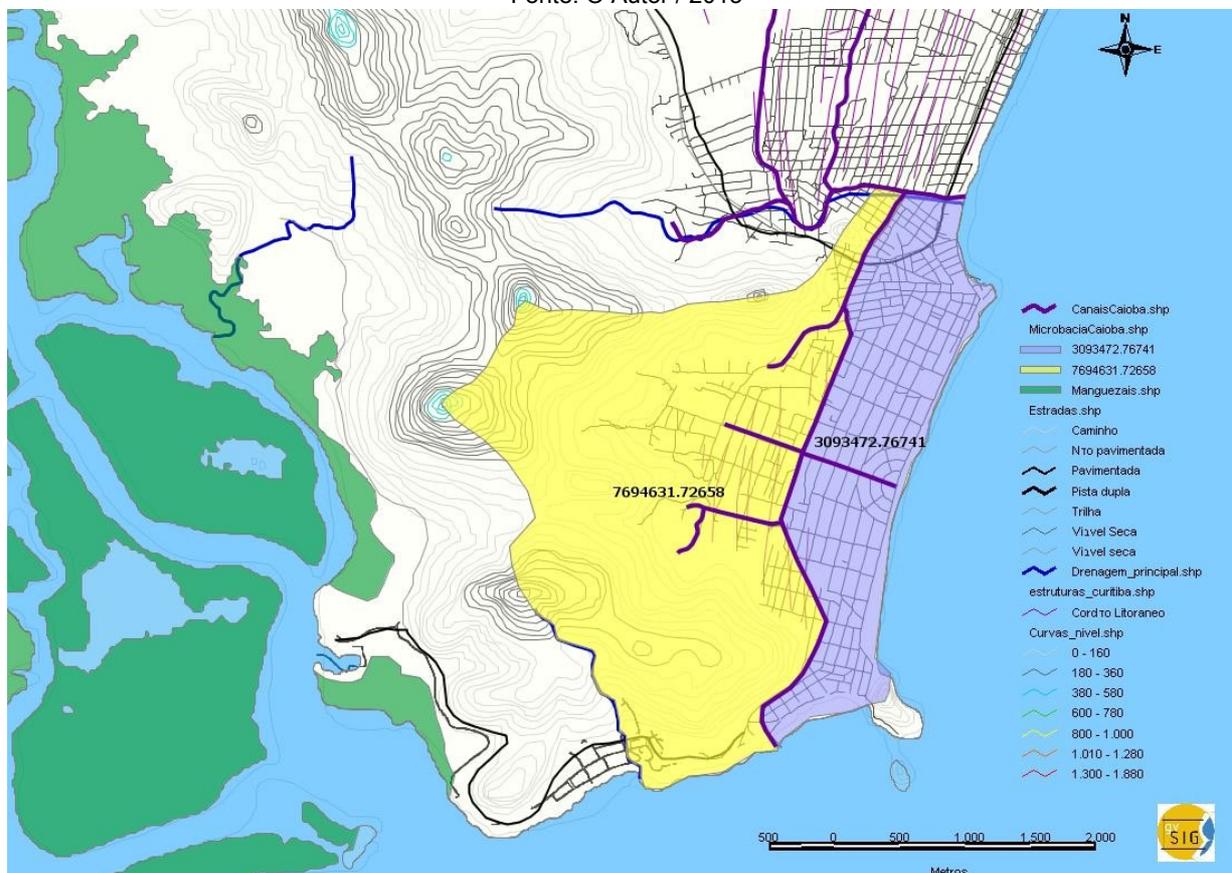
## Apêndice 6 - Mapa rodovia BR 277 - represamento das águas

Fonte: Plano Diretor 2006 / O autor



## Apêndice 7 - Microbacia urbana do Tabuleiro e Caiobá - Matinhos

Fonte: O Autor / 2013



## Apêndice 8 - Fotos de enchentes no bairro Tabuleiro e tubulação pluvial assoreada

Fonte: Matéria Gazeta do Povo / O autor

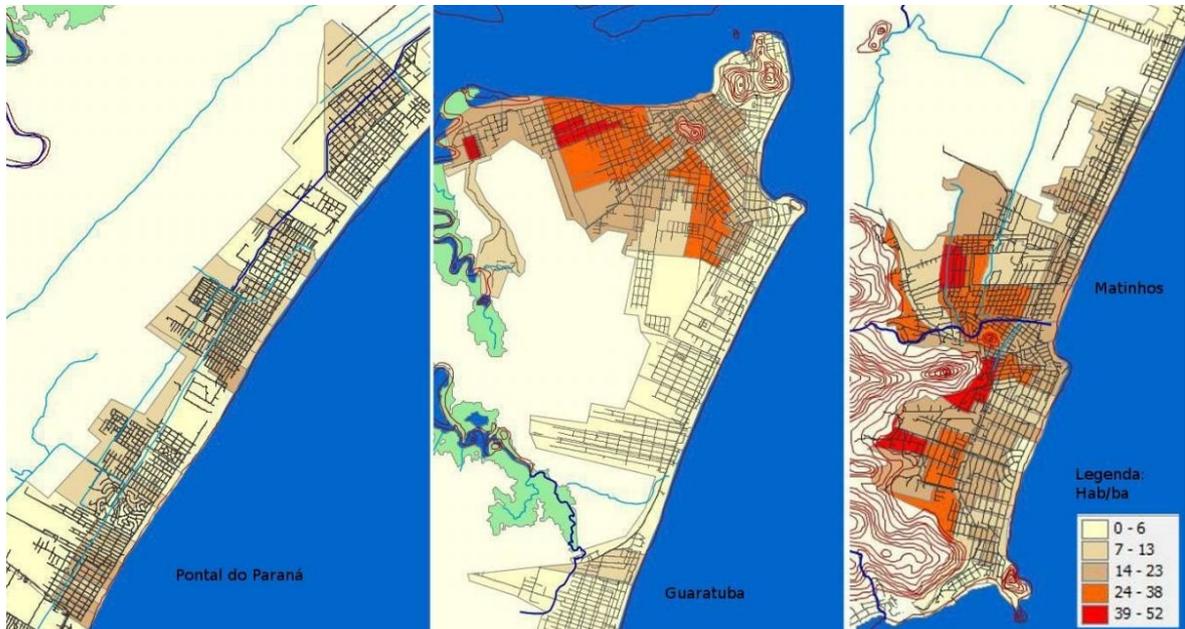


Em Matinhos, no bairro Tabuleiro, Bombeiros resgataram idosos e crianças das casas invadidas pela água (Hederson Alves/Gazeta do Povo)

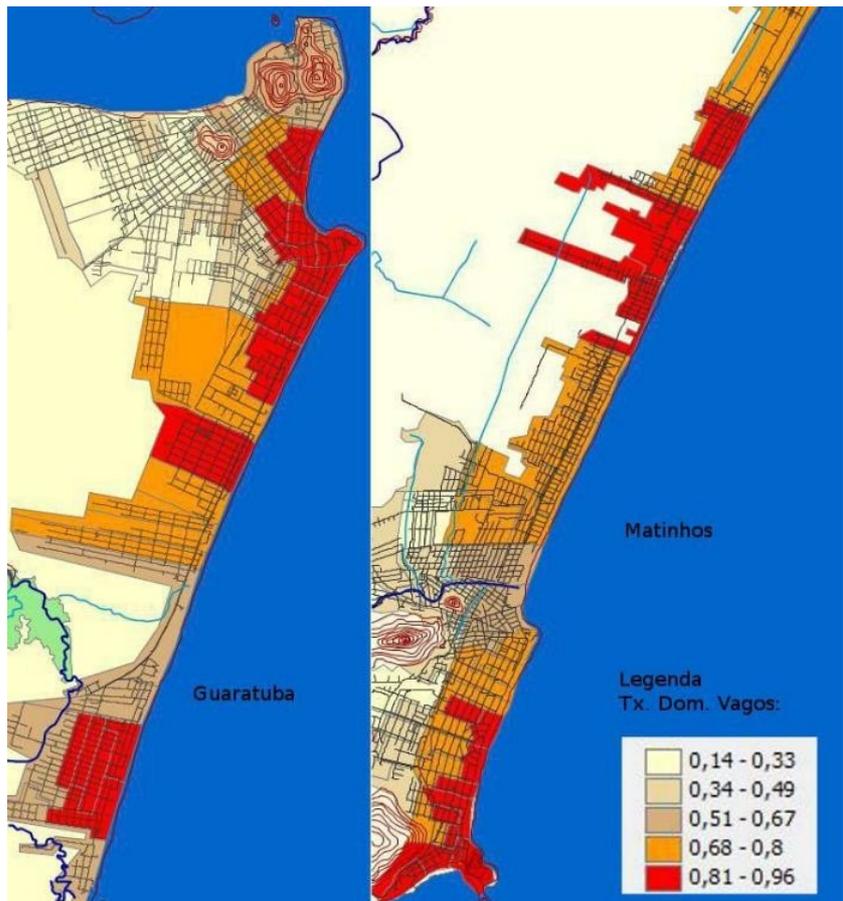


## Apêndice 9 - Densidade populacional urbana dos três municípios

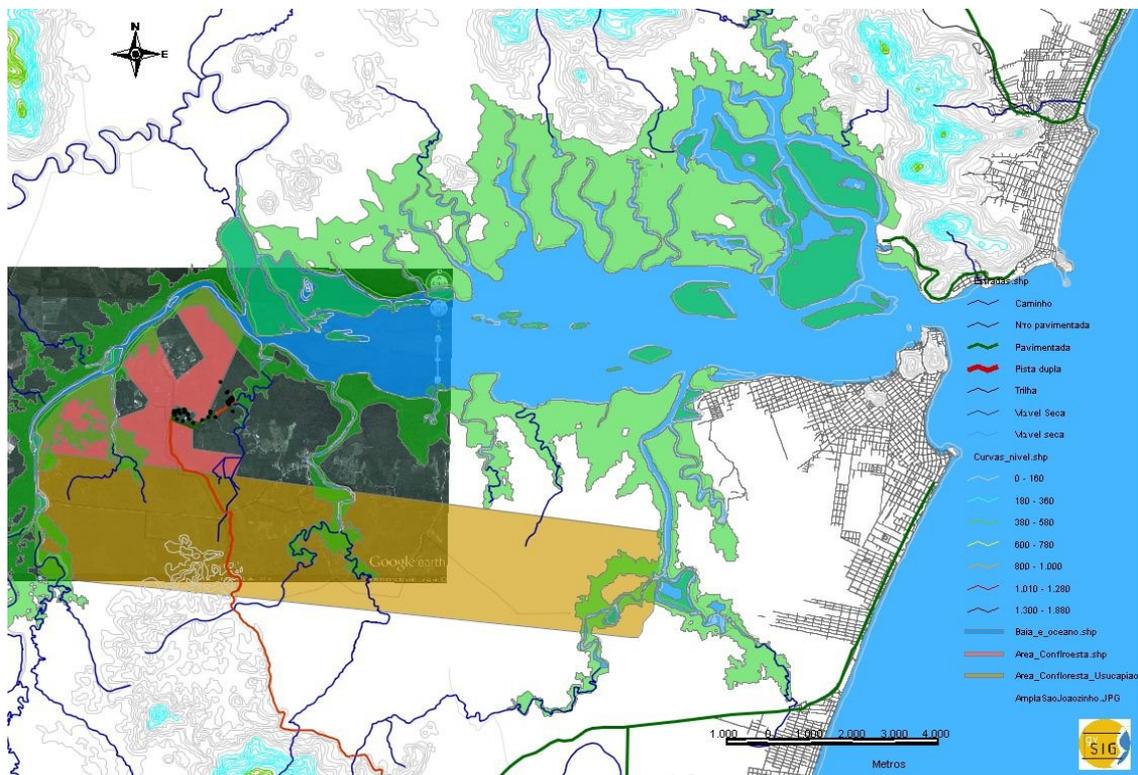
Fonte: O Autor / 2012



Apêndice 10 - Taxa de ociosidade de imóveis em Matinhos e Guaratuba

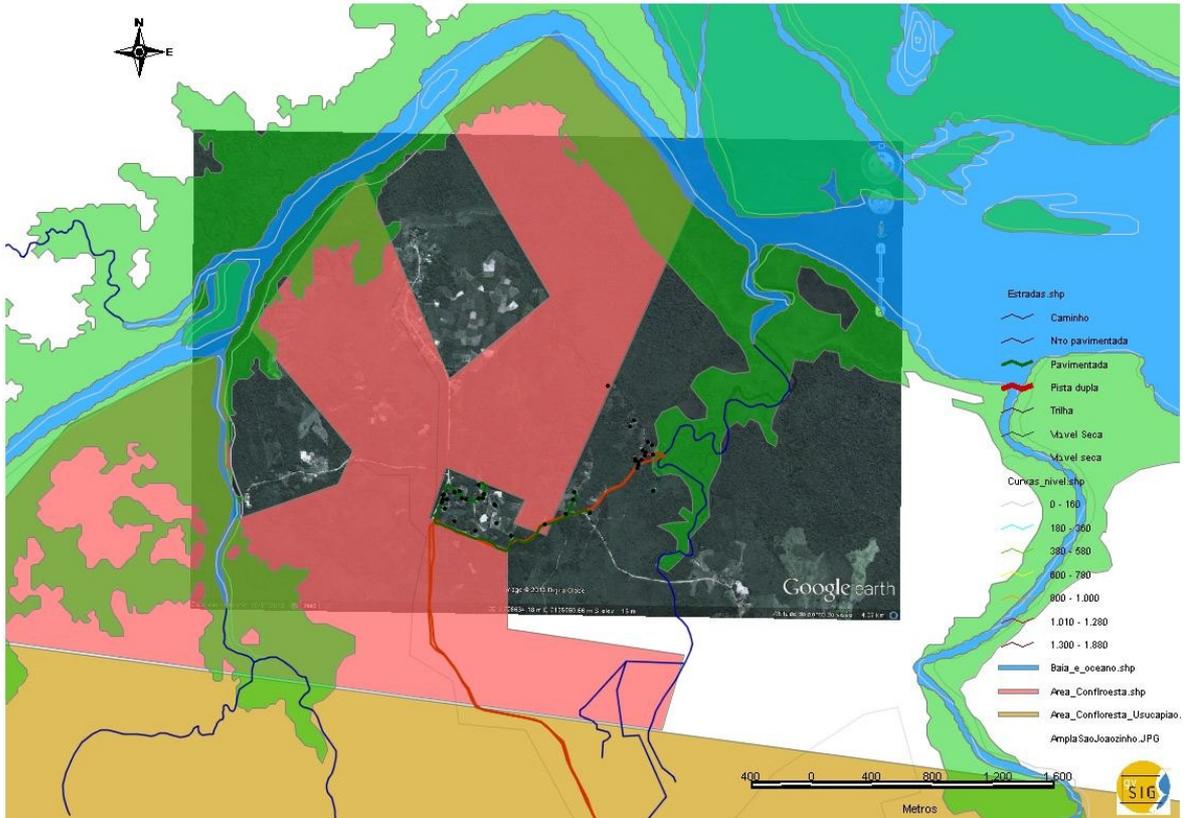


Apêndice 11 - Mapa de São Joãozinho e áreas de empreendimentos florestais



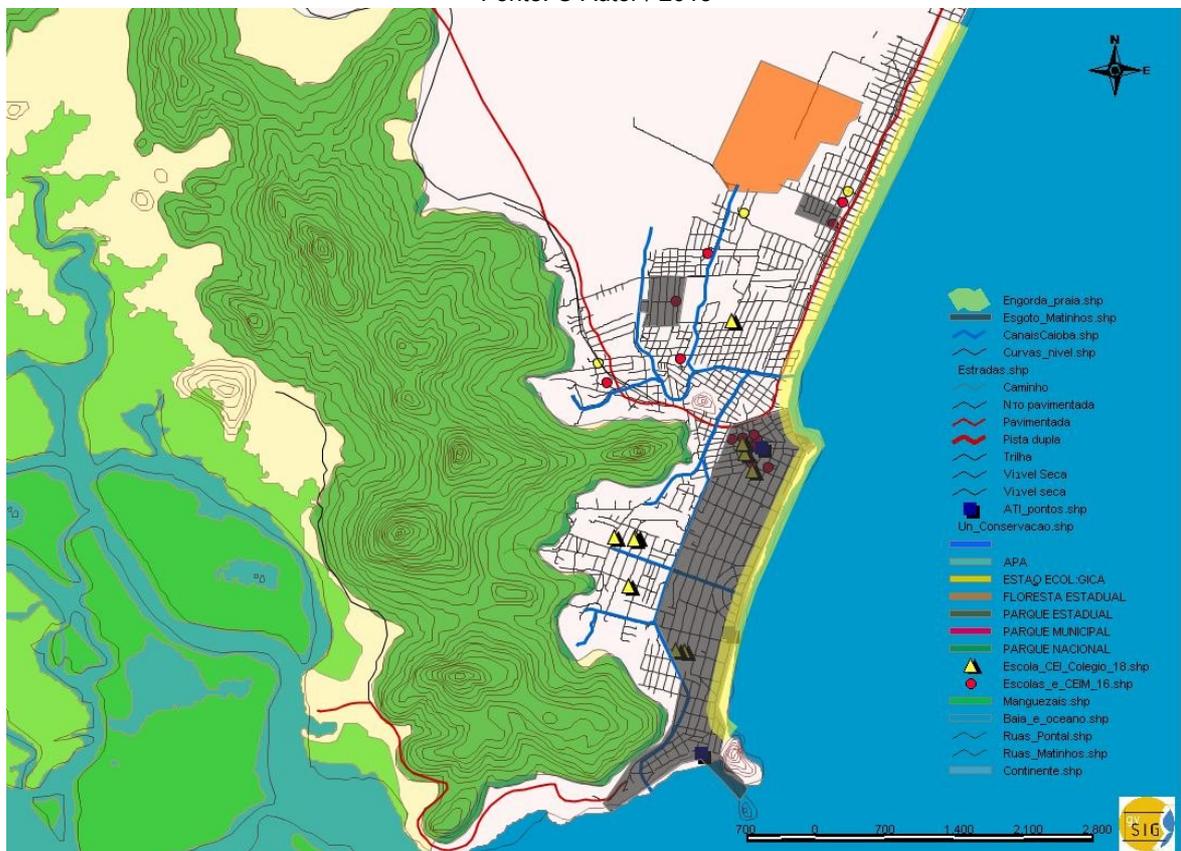
## Apêndice 12 - Localidades de São Joãozinho, São João e Descoberto - Guaratuba-PR

Fonte: O Autor / 2013



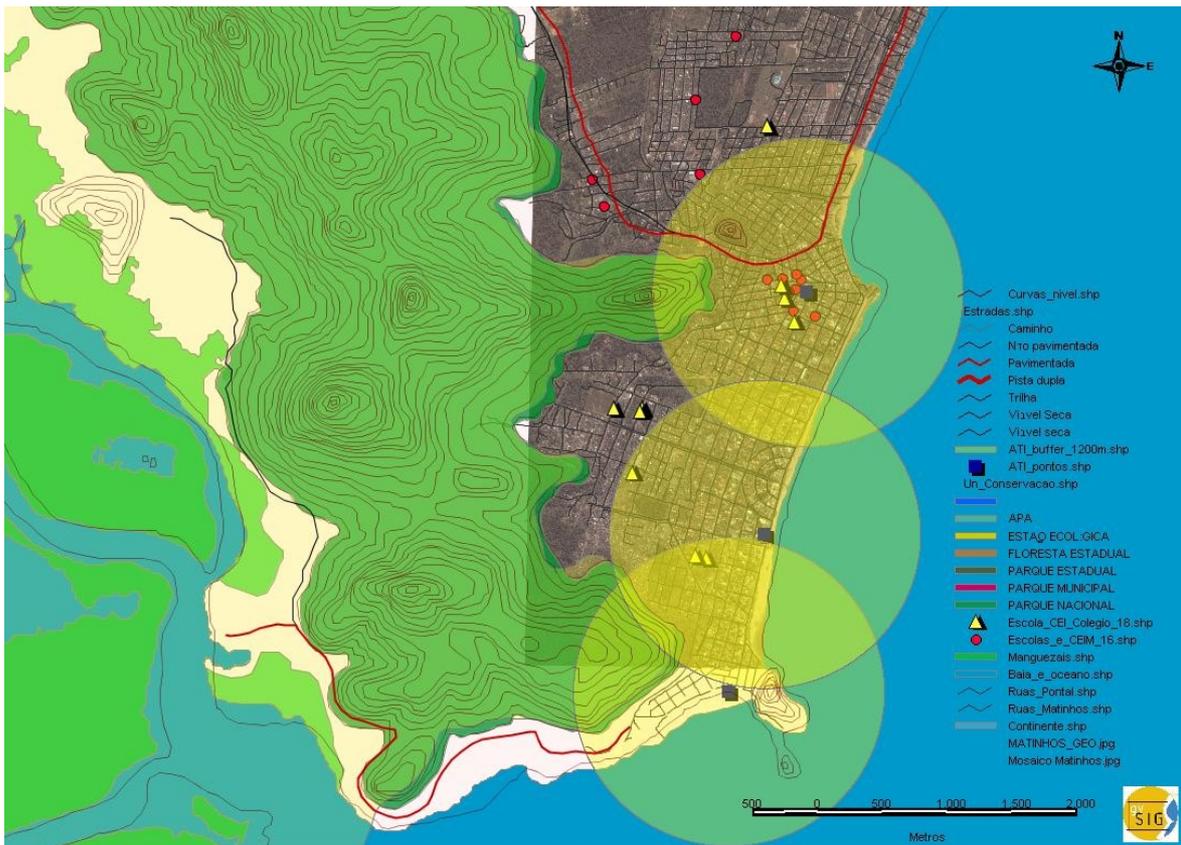
## Apêndice 13 - Mapa rede de esgoto e obra da engorda da praia

Fonte: O Autor / 2013



## Apêndice 14 - Mapa local das academias ao ar livre na orla de Caiobá - em Matinhos-PR

Fonte: O Autor / 2013



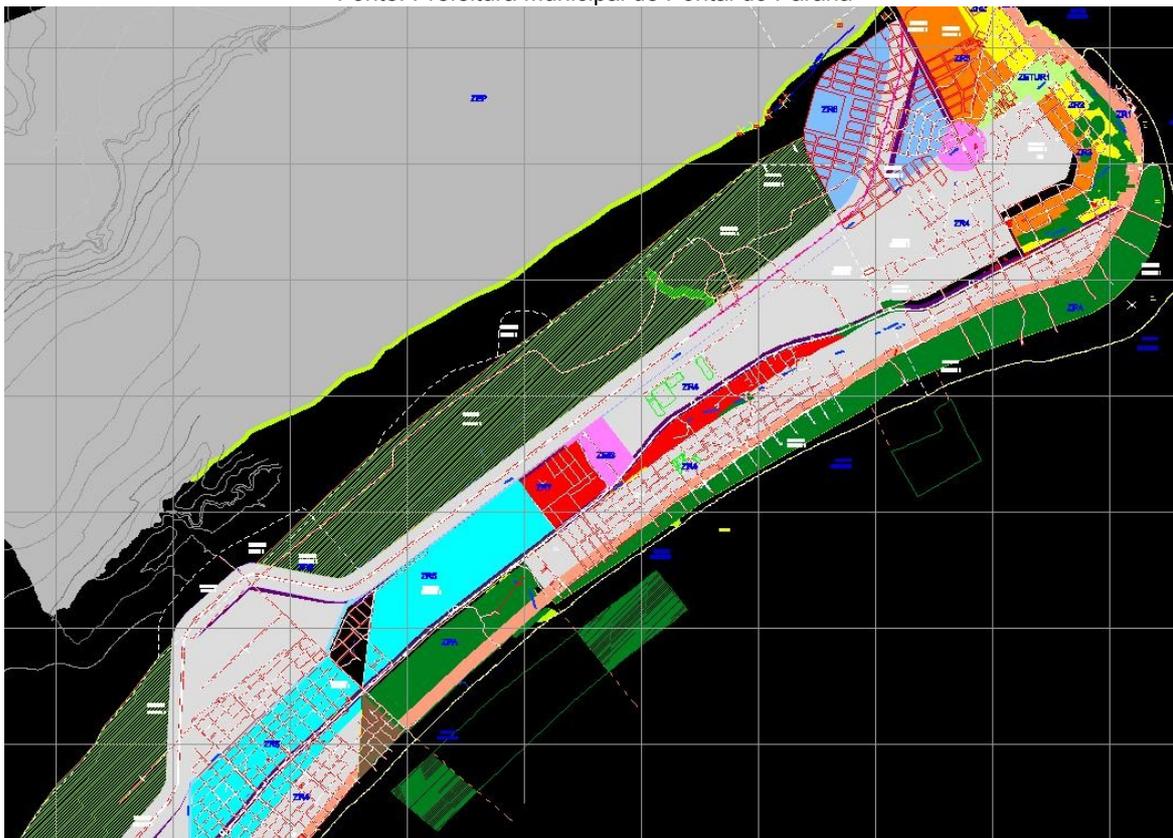
## Apêndice 15 - Mapa acessos às Praias brava e Praia dos Namorados

Fonte: O Autor / 2013 / área das praias - poligonal vermelha



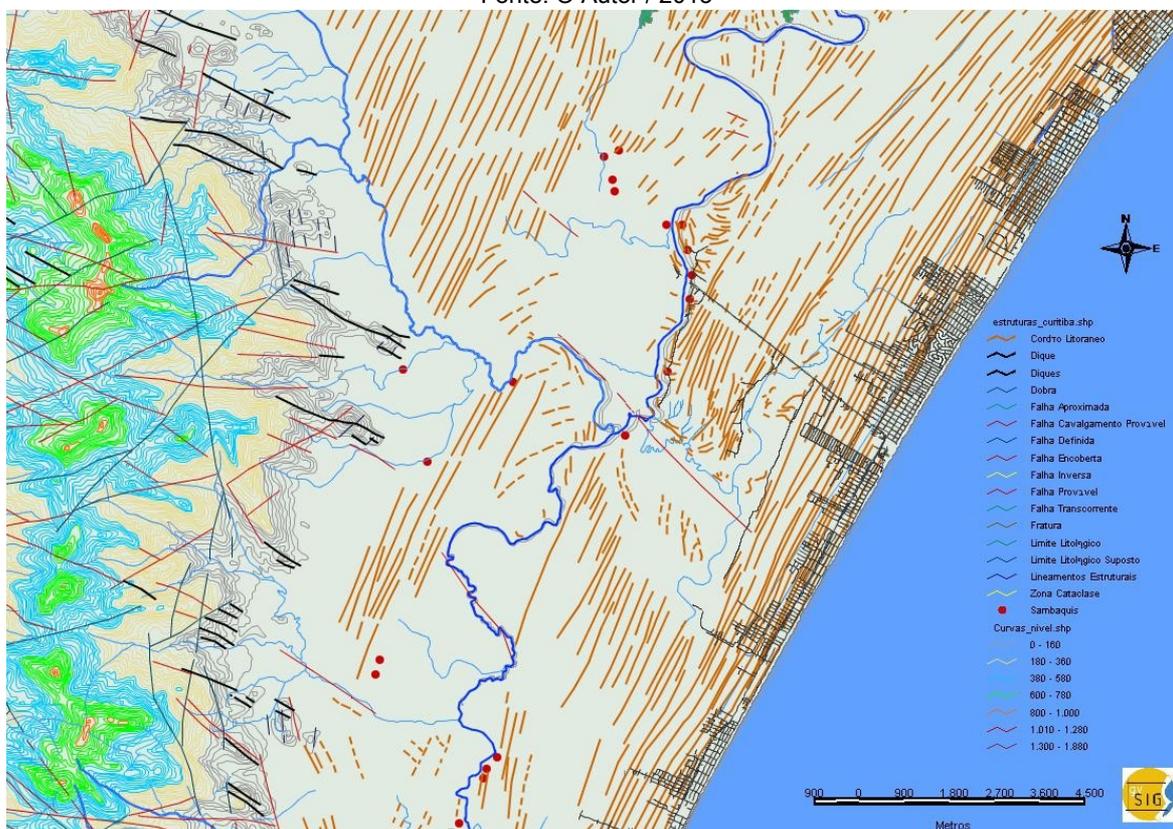
## Apêndice 16 - Mapa zoneamento urbano Pontal do Paraná - 2012

Fonte: Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná



## Apêndice 17 - Mapa cordões litorâneos e áreas urbanas de Matinhos e Pontal do Paraná

Fonte: O Autor / 2013



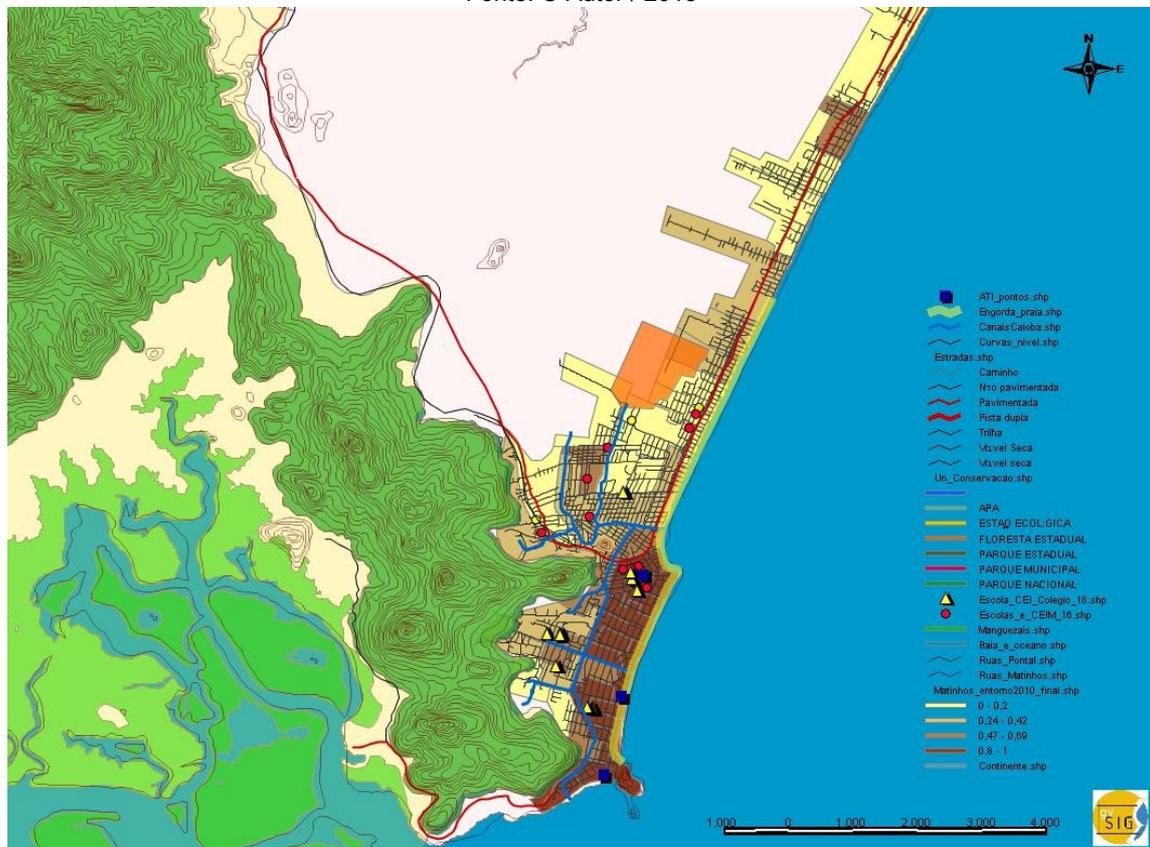
## Apêndice 18 - Mapa cordões litorâneos e traçado da rodovia PR 412

Fonte: O Autor / 2013



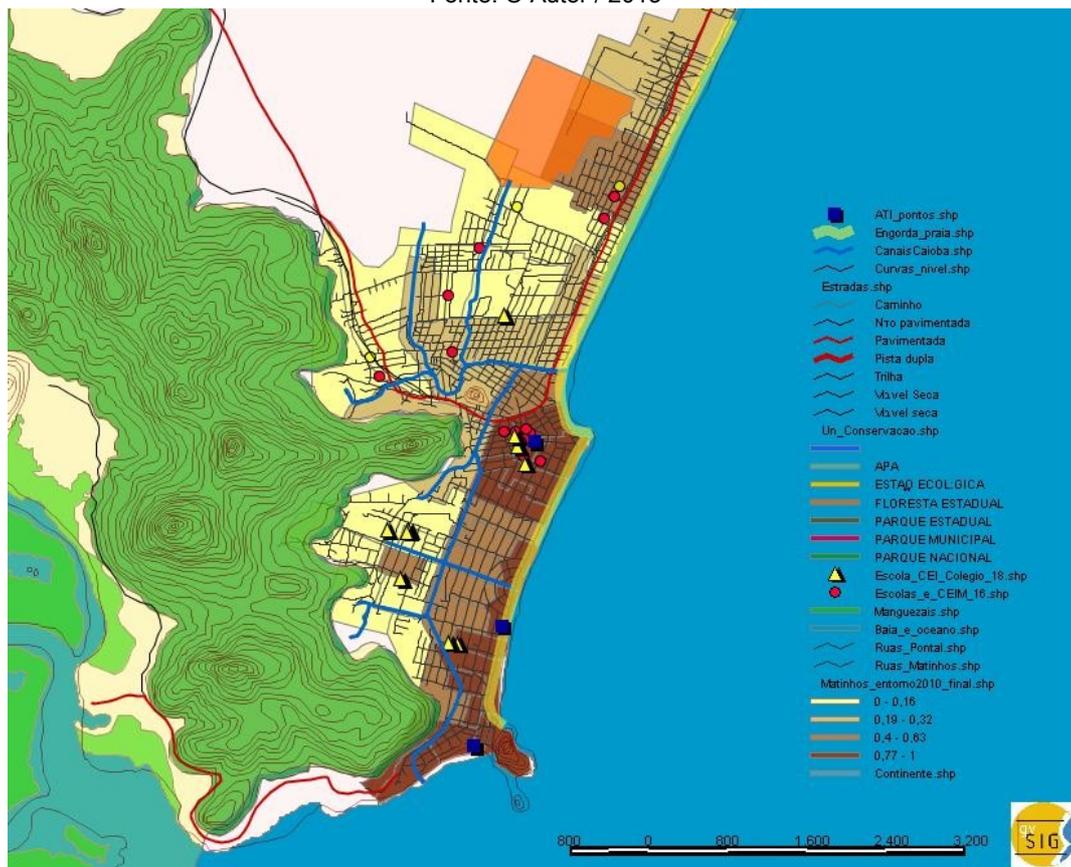
## Apêndice 19 - Mapa porcentagem de pavimentação por setor censitário

Fonte: O Autor / 2013

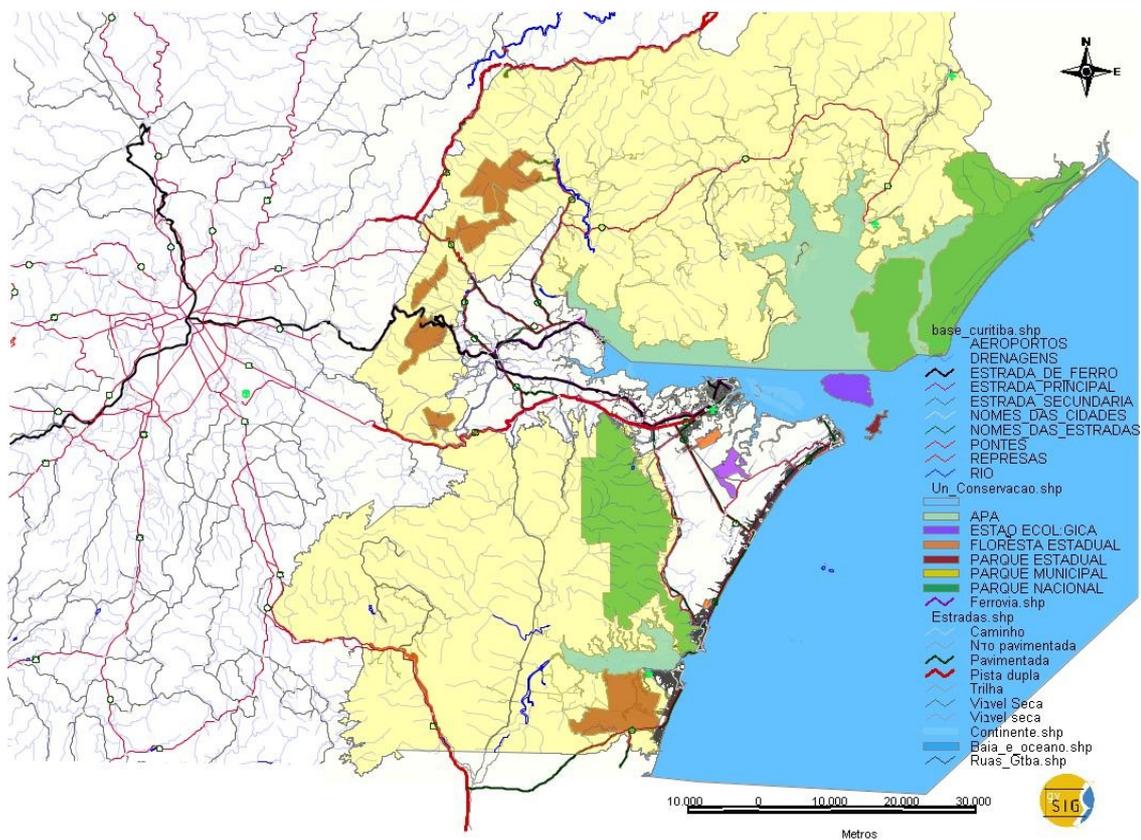


## Apêndice 20 - Mapa porcentagem de calçadas por setor censitário

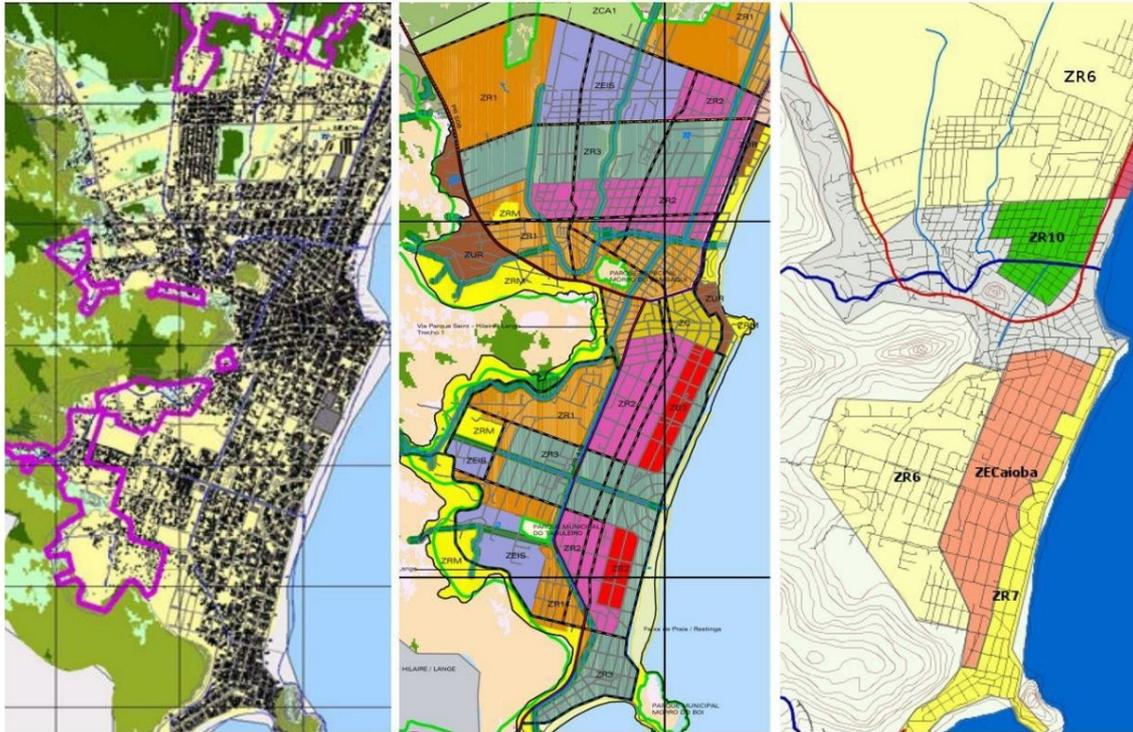
Fonte: O Autor / 2013



## Apêndice 21 - Mapa unidades de conservação no Litoral do Paraná



**Apêndice 22 - Propostas de zoneamento para Matinhos-PR - 2006 e 2012**  
 Diagnóstico 2006 - Áreas Irregulares      Zoneamento 2006      Proposta Zoneamento 2012



**Apêndice 23 - Sinalização Viária no acesso à Praia dos Namorados**



## Apêndice 24 - Mapa ZPAs de Pontal do Paraná

Fonte: O Autor / 2013



### 6. Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DEÁK, Csaba. **À busca das categorias da produção do espaço**. Tese de livre docência, FAU USP, 2001.

\_\_\_\_\_.; Schiffer, S., (Orgs). **O Processo de Urbanização no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Fupam/Edusp, 1999.

\_\_\_\_\_. **Acumulação entravada no Brasil / E a crise dos anos 80**. Espaço & Debates: São Paulo, n.32, p.32-46, 1991a.

\_\_\_\_\_. **A cidade: do burgo à metrópole**. Espaço & Debates: São Paulo, n.34, p.113-120, 1991b.

\_\_\_\_\_. **O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista**. Espaço & Debates: São Paulo, n.28, p.18-31, 1989, tradução de Micaela Krumholz.

\_\_\_\_\_. **Sobre especulação imobiliária**. Extraído de (1985) Rent theory and the price of urban land. Tradução de Francisco de Almeida (1990), revisada pelo autor. Disponível em <[http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/3publ/85r-thry/855spec/index.html](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/85r-thry/855spec/index.html)> Acesso em

21/3/2013.

ESTEVES, Cláudio J. de O. **Vulnerabilidade socioambiental na área de ocupação contínua do Litoral do Paraná - Brasil**. Tese de Doutorado em Geografia - UFPR. Curitiba-PR, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 5.ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, A. B. de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FONSECA, Nuno. **Organização espacial e crítica da teoria de renda**. Notas de aula. Disciplina FAU USP - AUP 5840 - O mercado e o estado na organização espacial da produção. Disponível em: <[http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/AUP840/4dossie/aulas/a5-nuno/09nuno-org-espac.pdf](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/AUP840/4dossie/aulas/a5-nuno/09nuno-org-espac.pdf)> Acesso em 2/4/2013.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São paulo, Annablume, 2005.

HECKLER, E., BACK, S., MASSING, E.R. **Estrutura da palavra: famílias, morfologia, análise, origem**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. 416p.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Antropos, 1974.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MORI, Klára. **A degradação do litoral paulistano: apontamentos sobre uma questão regional**. 1992. Disciplina FAU USP AUP 272 - Organização Urbana e Planejamento. Disponível em: <[http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq\\_urbanismo/disciplinas/aup0272/2bib/index.html](http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0272/2bib/index.html)> Acesso em 7/5/2013.

MONTEIRO, R. R. **Regulamentação urbana em revisão no Litoral do Paraná**. In: XV Enanpur 2013 - Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Recife-PE.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, [1971].

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 2001.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.